

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
Especialização em Gestão Pública

DESENVOLVIMENTO E
MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO

Alcides Domingues Leite Júnior



2009

© 2009. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Todos os direitos reservados.

A responsabilidade pelo conteúdo e imagens desta obra é do(s) respectivo(s) autor(es). O conteúdo desta obra foi licenciado temporária e gratuitamente para utilização no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, através da UFSC. O leitor se compromete a utilizar o conteúdo desta obra para aprendizado pessoal, sendo que a reprodução e distribuição ficarão limitadas ao âmbito interno dos cursos. A citação desta obra em trabalhos acadêmicos e/ou profissionais poderá ser feita com indicação da fonte. A cópia desta obra sem autorização expressa ou com intuito de lucro constitui crime contra a propriedade intelectual, com sanções previstas no Código Penal, artigo 184, Parágrafos 1º ao 3º, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis à espécie.

L533d	Leite Júnior, Alcides Domingues Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro / Alcides Domingues Leite Júnior. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 90p. : il. Especialização – Módulo Básico Inclui bibliografia ISBN: 978-85-61608-83-5 1. História do Brasil. 2. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 3. Brasil – Política e governo. 4. Partidos políticos – Brasil. 5. Educação a distância. I. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). II. Universidade Aberta do Brasil. III. Título. CDU: 981
-------	---

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

PRESIDENTE DA CAPES

Jorge Almeida Guimarães

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REITOR

Álvaro Toubes Prata

VICE-REITOR

Carlos Alberto Justo da Silva

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DIRETOR

Ricardo José de Araújo Oliveira

VICE-DIRETOR

Alexandre Marino Costa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CHEFE DO DEPARTAMENTO

João Nilo Linhares

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO

Gilberto de Oliveira Moritz

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carlos Eduardo Bielschowsky

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Celso José da Costa

COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO ACADÊMICA

Nara Maria Pimentel

COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO E FOMENTO

Grace Tavares Vieira

COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE POLOS

Francisco das Chagas Miranda Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Adi Balbinot Junior

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – PNAP

Alexandre Marino Costa
Claudinê Jordão de Carvalho
Eliane Moreira Sá de Souza
Marcos Tanure Sanabio
Maria Aparecida da Silva
Marina Isabel de Almeida
Oreste Preti
Tatiane Michelin
Teresa Cristina Janes Carneiro

METODOLOGIA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Universidade Federal de Mato Grosso

COORDENAÇÃO TÉCNICA – DED

Soraya Matos de Vasconcelos
Tatiane Michelin
Tatiane Pacanaro Trinca

AUTOR DO CONTEÚDO

Alcides Domingues Leite Júnior

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS CAD/UFSC

Coordenador do Projeto
Alexandre Marino Costa

Coordenação de Produção de Recursos Didáticos
Denise Aparecida Bunn

Supervisão de Produção de Recursos Didáticos
Flavia Maria de Oliveira

Designer Instrucional
Denise Aparecida Bunn
Andreza Regina Lopes da Silva

Supervisão Administrativa
Erika Alessandra Salmeron Silva

Capa
Alexandre Noronha

Ilustração
Igor Baranenko

Projeto Gráfico e Editoração
Annye Cristiny Tessaro

Revisão Textual
Sergio Meira

PREFÁCIO

Os dois principais desafios da atualidade na área educacional do país são a qualificação dos professores que atuam nas escolas de educação básica e a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado Brasileiro, nas várias instâncias administrativas. O Ministério da Educação está enfrentando o primeiro desafio através do Plano Nacional de Formação de Professores, que tem como objetivo qualificar mais de 300.000 professores em exercício nas escolas de ensino fundamental e médio, sendo metade desse esforço realizado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em relação ao segundo desafio, o MEC, por meio da UAB/CAPES, lança o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Esse Programa engloba um curso de bacharelado e três especializações (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) e visa colaborar com o esforço de qualificação dos gestores públicos brasileiros, com especial atenção no atendimento ao interior do país, através dos Polos da UAB.

O PNAP é um Programa com características especiais. Em primeiro lugar, tal Programa surgiu do esforço e da reflexão de uma rede composta pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Federal de Administração, pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) e por mais de 20 instituições públicas de ensino superior, vinculadas à UAB, que colaboraram na elaboração do Projeto Político Pedagógico dos cursos. Em segundo lugar, esse Projeto será aplicado por todas as instituições e pretende manter um padrão de qualidade em todo o país, mas abrindo

margem para que cada Instituição, que ofertará os cursos, possa incluir assuntos em atendimento às diversidades econômicas e culturais de sua região.

Outro elemento importante é a construção coletiva do material didático. A UAB colocará à disposição das instituições um material didático mínimo de referência para todas as disciplinas obrigatórias e para algumas optativas. Esse material está sendo elaborado por profissionais experientes da área da administração pública de mais de 30 diferentes instituições, com apoio de equipe multidisciplinar. Por último, a produção coletiva antecipada dos materiais didáticos libera o corpo docente das instituições para uma dedicação maior ao processo de gestão acadêmica dos cursos; uniformiza um elevado patamar de qualidade para o material didático e garante o desenvolvimento ininterrupto dos cursos, sem paralisações que sempre comprometem o entusiasmo dos alunos.

Por tudo isso, estamos seguros de que mais um importante passo em direção à democratização do ensino superior público e de qualidade está sendo dado, desta vez contribuindo também para a melhoria da gestão pública brasileira, compromisso deste governo.

Celso José da Costa
Diretor de Educação a Distância
Coordenador Nacional da UAB
CAPES-MEC

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Unidade 1 – Da República Velha até o fim do Regime Militar	
Introdução.....	13
O setor público e a República Velha (1889-1930).....	14
Primeiro período: início da república Velha.....	15
Segundo período: os governos da República Oligárquica e a política dos governadores.....	18
A era Vargas.....	21
A organização do Estado.....	24
O Estado desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.....	28
O Plano de Metas.....	29
O regime militar e as reformas de Estado.....	31
Governo Castello Branco.....	32
Os governos Costa e Silva e Médici.....	35
O governo Geisel.....	39
O governo Figueiredo.....	43
A herança do Regime Militar.....	49

Unidade 2 – Da nova República até os dias atuais

Introdução.....	55
A eleição de Tancredo Neves e o governo Sarney.....	56
Os governos Collor e Itamar Franco.....	60
O primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.....	65
O segundo governo Fernando Henrique Cardoso.....	70
O primeiro governo Lula.....	75
O segundo governo Lula.....	83
Referências.....	89
Minicurrículo.....	90

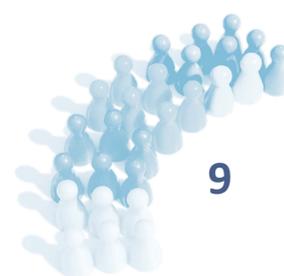
APRESENTAÇÃO

Olá! Caro estudante!

Você está iniciando a disciplina *Desenvolvimento e Mudanças do Estado Brasileiro*, que tem como propósito analisar o processo de construção da estrutura de Estado no Brasil, da Proclamação da República até os dias atuais. A disciplina permitirá que você identifique o resultado de um processo cumulativo de mudanças, que teve início na primeira metade do século XX. Processo que, ao contrário do ocorrido na maioria dos países desenvolvidos, não contou com rupturas traumáticas, mas com a incorporação da ordem anterior pela estrutura estabelecida.

O conhecimento da mecânica de transformação do Estado brasileiro, desde a Proclamação da República até hoje, é fundamental para que você entenda a atual estrutura vigente, com seus pontos fortes e suas limitações. O estudo da administração pública brasileira deve levar em conta as características peculiares da cultura nacional, de forma a evitar análises comparativas imprecisas e precipitadas. Tratar objetos desiguais de forma apropriada pode causar mais trabalho de pesquisa e estudo mais aprofundado, no entanto, é o único meio para conhecer melhor a atual estrutura de Estado brasileiro, sem incorrer nos erros primários contidos na maioria das análises superficiais, apresentadas por veículos de informação de massa, aos quais os estudantes brasileiros têm acesso.

Desta forma, a disciplina *Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro*, oferecida a você, aluno do curso a distância de pós-graduação em Administração Pública, aborda a evolução do aparato de Estado no Brasil, desde o início da República, quando

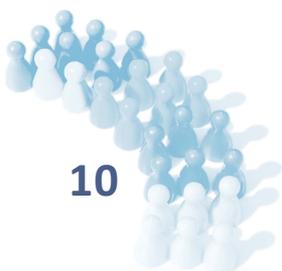


o Estado brasileiro ainda era incipiente, até os dias atuais, quando o modelo de Estado em nosso país já se encontra bem definido e bastante desenvolvido, em comparação com os demais países com estágio de desenvolvimento similar. A disciplina abordará ainda todos os setores importantes para o estabelecimento de uma ação de Estado em benefício dos cidadãos e do próprio desenvolvimento do país. Sendo assim, analisaremos também a implantação do atual Estado de Direito, com a evolução dos indicadores sociais, estabilidade monetária, universalização das políticas públicas, consolidação da democracia de massas, previsibilidade do arcabouço legal e fortalecimento do ambiente de negócios.

Certamente, agora ficou mais claro de que trata a disciplina *Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro* e sua importância na sua formação acadêmica e profissional. Sem a pretensão de esgotar o assunto, o texto disponibilizado a seguir não o isenta da necessidade de recorrer a outras fontes disponíveis em publicações impressas ou oferecidas por outros meios de difusão.

Este texto objetiva capacitá-lo no apaixonante caminho do conhecimento da história recente do Brasil. Esperamos que você goste dos assuntos tratado nesta disciplina, pois a arte de aprender é muito mais eficaz na medida em que o processo de aprendizado é realizado com satisfação. Bons estudos!

Professor Alcides Leite.



UNIDADE 1

DA REPÚBLICA VELHA ATÉ O FIM DO REGIME MILITAR

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Reconhecer e enumerar as principais mudanças estruturais ocorridas no Estado brasileiro, desde a Proclamação da República até o fim do Regime Militar;
- ▶ Identificar as causas e conseqüências das principais mudanças estruturais ocorridas no Estado brasileiro; e
- ▶ Validar, com um juízo crítico, os clichês comuns dos ambientes acadêmicos e jornalísticos brasileiros.

INTRODUÇÃO

Nesta primeira Unidade da disciplina *Desenvolvimento e mudanças do Estado Brasileiro*, vamos percorrer o período que vai desde a Proclamação da República até o final do Regime Militar em 1985. Vamos começar?

Vamos iniciar nosso estudo a partir da Proclamação da República, pois o Estado brasileiro, sob o ponto de vista de formação da sua identidade independente, nasceu propriamente com a Proclamação da República. O período do Império, embora importante para a formação da infraestrutura econômica e social do país, pouco contribuiu para a estruturação da base administrativa e política que o país construiu ao longo do tempo.

Durante o período analisado foi implantada a base do Moderno Estado Brasileiro. A construção da Administração Direta, durante a Era Vargas e da Administração Indireta, durante os governos Castello Branco e Costa e Silva, além da formulação e implantação das políticas de Previdência Pública e dos Planos de Desenvolvimento Econômico, compuseram o quadro de transformações estruturais da ação do Estado no processo de desenvolvimento do país.

O entendimento da lógica dessas mudanças é de fundamental importância para que você tenha uma análise crítica a respeito dos avanços ocorridos e das conquistas alcançadas pelo Estado Brasileiro rumo à construção de uma estrutura capaz de sustentar o processo de inserção do Brasil no rol dos países em desenvolvimento.

Temos certeza de que, muito do que aqui será tratado, você já estudou no Ensino Médio e/ou na Graduação. Contudo, esperamos contribuir para que você adquira uma visão de conjunto necessária ao entendimento do caráter contínuo e incremental das principais evoluções ocorridas no período analisado.

O SETOR PÚBLICO E A REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

A maioria dos presidentes da República Velha começaram a carreira profissional como advogados e promotores públicos. Em geral, os presidentes da República Velha entraram na política, apoiados por líderes políticos locais (os Coronéis).

O período conhecido como República Velha durou de 1889 até 1930. Este período é denominado ainda de “República dos Bacharéis” e “República Maçônica”, uma vez que todos os **presidentes civis** da época eram bacharéis em direito e quase todos membros da maçonaria.

Mas, você sabe por que esse período foi chamado de República Velha?

Historicamente, este período é chamado de República Velha em contraposição ao período pós-revolução de 1930, que é visto como um marco na história da República, uma vez que gerou grandes transformações que você verá ao longo do texto.

Podemos dividir a República Velha, para facilitar nossa discussão temática, em dois períodos. São eles:

- ▶ o primeiro: de 1889 a 1894, chamado República da Espada, foi o período dominado pelos militares; e
- ▶ o segundo: de 1895 a 1930, chamado de República Oligárquica, foi o período dominado pelos Presidentes dos Estados.

A seguir, analisaremos cada um destes períodos da República Velha.

PRIMEIRO PERÍODO: INÍCIO DA REPÚBLICA VELHA

Com a vitória do movimento republicano liderado pelos oficiais do exército, foi estabelecido um governo provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Durante o governo provisório, foi:

- ▶ decretada a separação entre Estado e Igreja;
- ▶ concedida a nacionalidade a todos os imigrantes residentes no Brasil;
- ▶ nomeados os governadores para as províncias, que se transformaram em estados;
- ▶ criada a bandeira nacional com o lema positivista, “*ordem e progresso*”; e
- ▶ banida a família real do território brasileiro, que só retornou em 1922, após o falecimento da Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro.

Mas foi no início de 1890 que começaram as discussões para a elaboração da nova Constituição, que acabou vigorando durante toda a República Velha. A promulgação da Constituição aconteceu em 24 de fevereiro de 1891.

Constituição de 1891

Inspirada na Constituição Americana, a Constituição de 1891 teve como principais autores: Prudente de Morais e Rui Barbosa. Seu texto era fortemente

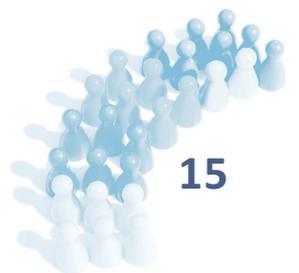
Saiba mais Prudente de Morais (1841-1902)

Prudente José de Morais e Barros é formado em Direito na capital paulista, aderiu ao Partido Republicano Paulista. Foi três vezes deputado da agremiação na Assembléia Provincial e uma vez na Assembléia-Geral do Império. Votou a favor da libertação dos escravos com mais de 65 anos. Foi governador da província de São Paulo até 1890. Foi eleito por voto direto para a sucessão de Floriano Peixoto. Fonte: <<http://tinyurl.com/mbhc47>>. Acesso em: 17 jul. 2009.



Rui Barbosa (1849- 1923)

Formado em Direito. Engajou-se numa campanha em defesa das eleições diretas e da abolição da escravatura. Com a República, tornou-se vice-chefe do governo provisório. Também escreveu o projeto da Carta Constitucional da República. Como jornalista, escreveu para diversos órgãos. Fonte: <<http://tinyurl.com/mf4vkd>>. Acesso em: 17 jul. 2009.



descentralizador, dando grande autonomia aos municípios e aos estados. O regime de governo escolhido foi o presidencialismo e os membros dos poderes Legislativo e Executivo passaram a ser eleitos pelo voto popular direto.

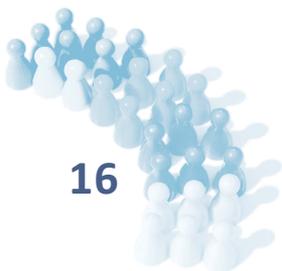
O mandato do presidente da República foi estipulado em quatro anos, sem direito à reeleição para o mandato imediatamente seguinte, sem, contudo, haver impedimentos para um mandato posterior. O mesmo valia para o vice-presidente. Sendo que no caso de morte, renúncia ou impedimento do presidente, o vice assumiria apenas até serem realizadas novas votações, não precisando ficar até que fosse completado o respectivo quadriênio, como ocorre atualmente. No entanto, como não havia prazo para a realização de novas eleições, se houvesse acordo político o vice poderia terminar o mandato.

Quanto às regras eleitorais, ficou determinado que o voto continuaria “a descoberto” (não-secreto) – a assinatura da cédula pelo eleitor tornou-se obrigatória e foi decretado o fim do voto censitário, que definia o eleitor por sua renda, embora ainda continuassem excluídos do direito ao voto os analfabetos, as mulheres, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os indigentes.

Além disso foi reservado ao Congresso Nacional a regulamentação do sistema para as eleições de cargos políticos federais, e às assembleias estaduais a regulamentação para as eleições estaduais e municipais. O voto distrital permaneceu com a eleição de três deputados para cada distrito eleitoral do país.

Nesta época o monopólio de registros civis passou ao Estado, sendo criados os cartórios para os registros de nascimento, casamento e morte. O Estado também assumiu, de forma definitiva, as rédeas da educação, instituindo várias escolas públicas de ensino fundamental e intermediário, principalmente nas cidades mais importantes do país.

Além disso, a Constituição garantia a liberdade de associação e de reunião sem armas, assegurava aos acusados o



mais amplo direito de defesa, abolia as penas de galés, de banimento judicial e de morte, instituía o *habeas-corpus* e as garantias de magistratura aos juízes federais.

A pena de galé sujeita os criminosos a cumprirem pena de trabalhos forçados em embarcações de velas, remando sob a coerção de castigos corporais.

Governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto

Com a promulgação da Constituição, Deodoro da Fonseca passou a ser presidente constitucional eleito pelo Congresso Nacional, com mandato até 15 de novembro de 1894. Porém, devido à crise gerada pela política econômica do governo, Deodoro renunciou à presidência em 23 de novembro de 1891 e o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu o poder até 1894.

Governo Prudente de Moraes

Este foi um período de transição entre a República da Espada e a República Oligárquica. Neste período do governo de Prudente de Moraes, primeiro civil a assumir a Presidência da República, os militares tinham ainda bastante poder político. Somente com o desgaste sofrido com a Guerra dos Canudos e o assassinato do ministro da Guerra, foi que os militares se afastaram do poder, voltando à política somente entre 1910 e 1914, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, e no movimento denominado tenentismo ocorrido no início do ano de 1920.

Neste período tenentista o Exército brasileiro enfrentou grandes dificuldades – faltavam armamentos, cavalos, medicamentos e instrução para a tropa. Os soldos permaneciam

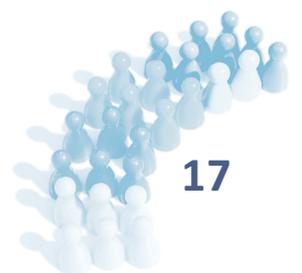


Saiba mais

Guerra dos Canudos



Revolta social que teve início na Bahia em novembro de 1896 e terminou em outubro de 1897. O conflito foi liderado pelo beato Antônio Conselheiro. Devido à enorme proporção que o movimento adquiriu, o governo da Bahia não conseguiu segurar a revolta, e pediu a interferência da República. O massacre foi tamanho que não escaparam idosos, mulheres e crianças. Euclides da Cunha, em seu livro *Os Sertões*, eternizou este movimento que evidenciou a importância da luta social na história de nosso país. Fonte: <<http://tinyurl.com/nsqohj>>. Acesso em: 15 jul. 2009.



baixos e o governo não fazia menção de aumentá-los. Esta situação afetava particularmente os tenentes. Neste quadro de crescente insatisfação eclodiram diversos movimentos militares. A presença significativa de tenentes na condução desses movimentos deu origem ao termo “tenentismo”.

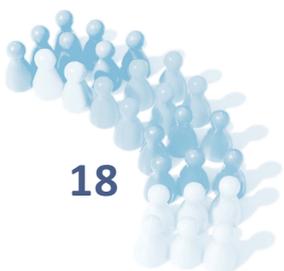
Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924, e a Coluna Prestes. As propostas políticas dos tenentes, de uma maneira geral, se vinculavam ao nacionalismo e à centralização política, opondo-se ao domínio político de Minas Gerais e São Paulo. Entre outras reformas, os tenentistas defendiam o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais forte. Assim, podemos afirmar que, de fato, a República Oligárquica só se consolidou em 1898, com a posse do segundo presidente civil, Campos Salles.

SEGUNDO PERÍODO: OS GOVERNOS DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA E A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

O Presidente Campos Sales consolidou uma característica peculiar da política brasileira durante a República Oligárquica: a “Política dos Estados”, conhecida também como “Política dos Governadores”. De acordo com essa obra de engenharia política, o poder federal passou a não interferir na política dos estados e esses não interferiam na política dos municípios, garantindo-lhes a autonomia política. O **Presidente da República** apoiava os atos dos presidentes estaduais, como a escolha dos sucessores desses presidentes de estados, e, em troca, os governadores passaram a dar apoio e suporte ao governo federal, colaborando com a eleição de candidatos para o Congresso Nacional.

A Política dos Estados significava, na verdade, a impossibilidade da oposição assumir o poder, uma vez que os representantes populares eram escolhidos mediante pactos entre o

O Presidente da República era escolhido através de um acordo nacional entre os presidentes dos estados.



governo federal e as elites estaduais, legitimadas por eleições pouco confiáveis, sem espaço para candidatos independentes. Nesta época era a “Comissão de Verificação de Poderes” do Congresso Nacional o órgão encarregado de fiscalizar o sistema eleitoral. Esta Comissão dificilmente ratificava parlamentares eleitos que não apoiassem a “Política dos Estados”.

Você sabe nesta época quem era o responsável em organizar a vida política, diretamente no contato com a população, nos municípios?

Este período foi marcado pelo coronelismo. Quem organizava a vida política, diretamente no contato com a população, nos municípios era a figura carismática do “coronel”. O coronel, apesar do nome, era um líder civil, comumente um fazendeiro que dominava a política local. O coronel era o único elo de ligação entre a população e o poder estatal. O coronel garantia os votos locais do presidente do Estado, em troca do apoio do governador à sua liderança política no seu município.

Durante a República Oligárquica houve diversas revoltas, tais como: a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata, a Guerra do Contestado, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, o Movimento Tenentista e a Revolução de 1930, que colocou um fim neste período histórico, e será alvo de nossa análise mais adiante.

No campo da economia, foi um período de modernização, com grandes surtos de industrialização, como o ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial. Porém a economia continuou dominada pela cultura do café até a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929. Foi neste período que ocorreram também as primeiras greves, com o crescimento de movimentos anarquistas e comunistas nos grandes centros urbanos do país.

A Revolução de 1930 e o fim da República Velha



Saiba mais Júlio Prestes de Albuquerque (1882- 1946)

Cursou Direito de São Paulo. Em 1909, foi eleito deputado estadual e por cinco legislaturas seguintes. Em 1927, assumiu o governo do Estado de São Paulo e depois, em 1929, foi indicado por Washington Luis como candidato do governo à sucessão presidencial, concorrendo contra Getúlio Vargas. Prestes não chegou a tomar posse, pois foi impedido pela Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao poder. Exilado na Europa, Júlio Prestes regressou ao Brasil em 1934, afastando-se da política. Fonte: <<http://tinyurl.com/nedxpu>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

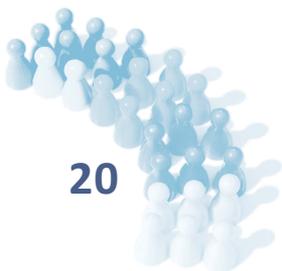


As eleições presidenciais de 1930 foram vencidas, pela contagem oficial, pelo candidato Júlio Prestes, presidente de São Paulo, que tinha o apoio do presidente Washington Luís. Contudo, a oposição, não aceitou a derrota de Getúlio Vargas e iniciou a Revolução de 1930. Esta revolução, que tinha como líderes Getúlio Vargas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (ex-presidente de Minas Gerais) e tenentes, começou em 3 de outubro de 1930, sem enfrentar grande resistência, uma vez que a repulsa ao modelo liberal-oligárquico

da Velha República há muito vinha crescendo e ganhando apoio de vários presidentes de Estado fora do eixo São Paulo/Minas Gerais.

Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas toma posse como presidente da República, pondo fim à República Velha.

Contudo é importante destacarmos que foi a crise de 1929, que arruinou a maioria dos fazendeiros de café, que deu condições políticas para a vitória de Vargas na Revolução de 30. Esta crise econômica atingiu os EUA, se estendeu por todo o mundo capitalista e terminou apenas com a Segunda Guerra Mundial. Este período de recessão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto, com grande queda na produção industrial, no preço das ações, e em praticamente todos os indicadores de atividade econômica, em diversos países no mundo.



A ERA VARGAS

Considerado por muitos, como o personagem brasileiro mais influente do século XX, Getúlio Dornelles Vargas em 1929 candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, por meio do qual assumiu o Governo Provisório. Em 1934, foi eleito presidente, de forma indireta, com mandato até 1938. Em 1937 instaurou o Estado Novo, determinou o fechamento do Congresso, outorgou uma nova Constituição, que lhe conferiu o controle dos poderes Legislativo e Judiciário, e determinou o fechamento dos partidos políticos.

Com o fim da Segunda Guerra em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficaram mais fortes, e então Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham o seu próprio ministério. Afastado do poder, Vargas foi para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul. Mas, nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, foi eleito senador por dois estados e deputado federal por sete estados. Nas eleições presidenciais de 1950, Vargas é eleito presidente da república com ampla margem de votos.

No segundo período, o seu governo foi marcado pela retomada da orientação nacionalista, cuja expressão maior foi a luta para a implantação do monopólio estatal sobre o petróleo, com a criação da Petrobrás, e pela progressiva radicalização política.



Saiba mais Getúlio Dornelles Vargas (1882- 1954)



Foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, durante dois mandatos. De origem gaúcha (nasceu na cidade de São Borja), Vargas foi presidente do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, o chamado Estado Novo. Fonte: <<http://www.historiadobrasil.net/getuliovargas/>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

Vargas enfrentava oposição cerrada por parte da UDN, em especial do jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca Tribuna da Imprensa, situação que o leva ao suicídio em 1954.

Assim podemos observar que durante os 20 anos de poder, Vargas imprimiu profundas transformações no sistema político, econômico e administrativo brasileiro. Tal foi a importância das duas passagens de Getúlio Vargas pelo governo que, ainda hoje, os livros de história referem-se a esse período como a *Era Vargas*.

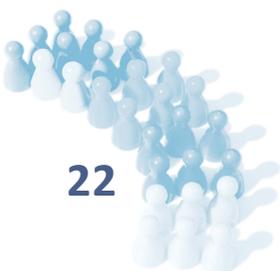
O primeiro período, de 1930 a 1945, foi marcado por diferentes fases. Tendo sido derrotado na eleição para presidente da República em 1930, Getúlio liderou um movimento que derrubou o governo de Washington Luís e assumiu o poder, em 3 de novembro de 1930.

Após este período tivemos a Revolução Constitucionalista de 1932 – iniciada em São Paulo – que durou três meses, de julho a outubro de 1932. Esta Revolução foi consequência da campanha constitucionalista iniciada em 1931. No final de 1931 e início de 1932, Vargas procurou conter as críticas organizando uma comissão encarregada de organizar o novo Código Eleitoral.

O Código Eleitoral foi publicado em fevereiro de 1932 e um novo interventor foi nomeado para São Paulo, o civil e paulista Pedro de Toledo.

Os sinais de trégua emitidos por Vargas, no entanto, não apaziguaram os ânimos e neste cenário tivemos a formação da Frente Única Paulista (FUP), cujos principais lemas eram a constitucionalização do país e a autonomia de São Paulo. Mas, no início de 1932, com a morte de quatro estudantes paulistas em confronto com forças legais, foi criado o movimento MMDC – iniciais dos nomes dos estudantes mortos, Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. O episódio foi o estopim da Revolução de 1932.

Em 9 de julho o movimento revolucionário ganhou as ruas da capital e do interior de São Paulo. A revolução teve apoio de diversos setores da sociedade paulista. Pegaram em armas intelectuais, industriais, estudantes e outros segmentos das camadas médias, políticos ligados à República Velha ou ao Partido Democrático. A luta armada dos constitucionalistas ficou restrita ao estado de São Paulo. Isolados, os paulistas não tiveram condições de manter por muito tempo a revolução. Em outubro de 1932 assinaram a rendição.



Após esta revolta dos paulistas contra o governo Vargas é que foi redigida a Constituição de 1934, que manteve Vargas no poder até 1938, quando então foram realizadas novas eleições.

Em 1937, Getúlio instituiu o Estado-Novo; fechou o Congresso; dissolveu os partidos políticos; e passou a governar de modo ditatorial até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Retirado do poder por um golpe militar, que convocou uma Assembléia Constituinte e promoveu eleições gerais em 1946, Getúlio volta como candidato em 1950, e se elege presidente da República. Este segundo período de Vargas foi de 1950 a 1954, quando dramaticamente ele se suicidou, com um tiro no coração, dentro do palácio do governo, no dia 24 de agosto, após se ver confrontado com a eminência da renúncia ou deposição na reunião ministerial realizada na madrugada de 23 para 24 de agosto. Vargas deixou escrita uma carta-testamento, em que acusava os inimigos da nação como os responsáveis por seu suicídio.

As transformações no campo político, econômico, social e cultural, promovidas por Getúlio Vargas estão bem resumidas no texto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

No plano político, a Revolução de 1930 produziu um movimento de centralização que transferiu o poder dos estados da federação para o governo central, o qual passou a

 **Saiba mais**

Suicídio de Vargas



Foi o atentado realizado contra Carlos Lacerda no início de agosto de 1954, no qual foi morto o major-aviador Rubem Florentino Vaz, que desencadeou a crise final do governo Vargas, pelo envolvimento da sua guarda pessoal no episódio. Para a investigação do atentado, foi instaurado um inquérito policial-militar, pelo Ministério da Aeronáutica. Fonte: <<http://tinyurl.com/kst32n>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

assumir papel crescente na sociedade e na economia. No plano econômico, teve lugar um intenso movimento de industrialização e urbanização que, nos anos 50, se fez acompanhar de políticas deliberadas de desenvolvimento. O processo de modernização envolveu um Estado capaz de agir sobre setores da economia e a criação de diferentes órgãos para a implementação das novas políticas. No plano social, foi criado o Ministério da Justiça, assim como a Justiça do Trabalho, para atuar nas relações entre o capital e o trabalho. A ação do Estado, regulando as atividades profissionais e a estrutura sindical com o imposto único, permaneceu como legado da Era Vargas. No plano cultural, o governo criou instituições que atuaram nos campos da educação formal, do teatro, da música, do livro, do rádio, do cinema, do patrimônio cultural, da imprensa. Abriu espaço para a crescente participação dos intelectuais no projeto de construção de uma identidade nacional. Pretendeu modernizar, resgatando as tradições nacionais através da ação do Estado no campo da cultura Disponível em: <<http://tinyurl.com/llacoh>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO



Saiba mais Maximillian Carl Emil Weber (1864 - 1920)

Sociólogo, historiador e político alemão que, junto com Karl Marx e Émile Durkheim, foi considerado um dos fundadores da sociologia e dos estudos comparados sobre cultura e religião. Para Weber, o núcleo da análise social consistia na interdependência entre religião, economia e sociedade. Fonte: <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1166.html>. Acesso em: 15 jul. 2009.



Getúlio Vargas organizou o aparelho do Estado seguindo o modelo burocrático weberiano. Neste modelo de departamentalização, proposto por Max Weber, a estrutura administrativa era ocupada por funcionários recrutados via concurso público e promovidos meritocraticamente. Esta foi uma das marcas da profissionalização da administração pública sendo adotada pela maioria dos países desenvolvidos.

E no Brasil, você sabe quando e como foi implantado o modelo burocrático?

No Brasil, o início do modelo burocrático ocorreu durante o primeiro período do governo Vargas, por meio de uma linha autoritária-modernizadora. O vácuo, deixado pela política liberal-democrática excludente da Velha República, foi preenchido pela política centralizadora, porém modernizante e incluyente de Getúlio Vargas, que criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde em 1930, a Universidade do Brasil e o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional em 1937, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938.

Para organizar a seleção e treinamento do funcionalismo público, foi criado, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que implantou o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, algo até então inexistente no país.

Outro aspecto que sofreu vários avanços no governo de Vargas diz respeito às políticas trabalhistas. Conheça a seguir alguns desses aspectos:

- ▶ aprovação, em 1931, da Lei de Sindicalização, que estabeleceu a unicidade sindical (apenas um sindicato por categoria e por base territorial);
- ▶ implantação, em 1932, da jornada de trabalho de 8 horas (concedida aos comerciários e aos industriários), das férias remuneradas (concedidas aos bancários e industriários) e da carteira de trabalho, que deu acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários;
- ▶ criação, em 1933, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, precursores do INSS;
- ▶ fundação, em 1939, da Justiça do Trabalho; e
- ▶ instituição, em 1940, do Salário Mínimo.

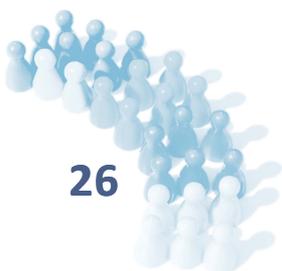
Para organizar o processo eleitoral, em 1932, foi aprovado o Código Eleitoral, que estendeu o direito de voto às mulheres, implantou o sistema de voto secreto, além de criar a Justiça Eleitoral.

Já na área econômica, o governo Vargas deu forte impulso à industrialização do país, principalmente no setor de base. Em 1941, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional e em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce. No segundo governo Vargas, foram criados ainda o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 e a Petrobrás em 1953.

Durante o período de 1931 a 1954, que abrangeu dois governos: Vargas e o governo Dutra, a inflação anual média do país foi de 9,17 % e o crescimento anual médio do PIB foi de 5,31 %. Números importantes, tendo em vista que a maioria dos países do mundo sofreu forte impacto da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e da Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945.

Como você pode observar foi nos governos Vargas que surgiram as bases para a modernização econômica, política e administrativa do país. Mais importante, porém, do que essas realizações, afirmam Sérgio Besserman Vianna e André Villela, foi “a incorporação, pela primeira vez na história brasileira, do povo (classe trabalhadora) como agente político relevante. Esse fato – ao mesmo tempo inédito e auspicioso – imprimiu nova dinâmica ao processo político do pós-guerra, permitindo importantes avanços na construção da democracia no país”.

Assim podemos afirmar que, independente das virtudes e defeitos pessoais e da ação política desenvolvida por Getúlio Vargas, sua passagem pelo comando do setor público brasileiro estabeleceu um verdadeiro divisor de tempo. O Brasil foi um antes de Vargas e passou a ser outro depois de Vargas.



Neste sentido, veja a seguir as principais marcas da Era Vargas.

- ▶ Organização do Estado com a criação do Ministério do Trabalho e da Educação, do IBGE e da Universidade do Brasil;
- ▶ Aprovação da Lei de Sindicalização;
- ▶ Implantação da jornada de trabalho de 8 horas;
- ▶ Criação das férias remuneradas;
- ▶ Implantação da carteira de trabalho;
- ▶ Construção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões;
- ▶ Criação da Justiça do Trabalho;
- ▶ Instituição do Salário Mínimo;
- ▶ Aprovação do Código Eleitoral, do voto feminino e do voto secreto;
- ▶ Criação da Justiça Eleitoral;
- ▶ Fundação da Companhia Siderúrgica Nacional;
- ▶ Criação da Companhia Vale do Rio Doce;
- ▶ Concepção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); e
- ▶ Criação da Petrobrás em 1953.

O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA DE JUSCELINO KUBITSCHKEK



Saiba mais

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976)

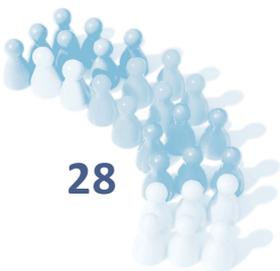


Nascido em Minas Gerais, foi eleito deputado federal e realizou obras de remodelação da capital. Posteriormente foi governador em Minas Gerais. Venceu a eleição para presidente da República na coligação PSD-PTB com o famoso slogan “Cinquenta anos em cinco”. Um de seus principais feitos foi a construção de Brasília e a instituição do Distrito Federal. Seu governo foi marcado por mudanças sociais e culturais. Fonte: <<http://tinyurl.com/lwkaas>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

Em plena vigência da democracia, resultado da Constituição de 1946, [Juscelino Kubitschek](#) (JK) foi eleito Presidente da República no final de 1955 e tomou posse em 31 de janeiro de 1956. O novo presidente criou uma agenda progressista baseada num programa de obras públicas, denominada de Plano de Metas.

Durante o governo de JK o PIB brasileiro cresceu 47,5%, o que correspondia a uma média anual de 8,08%. Contudo, este bom desempenho da economia foi acompanhado de um forte crescimento da inflação e de um descontrole das contas públicas. Diante deste cenário, no final do governo, a inflação anual ultrapassou a 30% e o déficit público superou 25% das receitas.

Além do crescimento econômico, o governo de JK promoveu uma forte mudança na estrutura produtiva do país. No início do governo JK, o setor agropecuário era responsável por 23,5% do PIB e o setor industrial por 25,6% do PIB. Ao fim do governo, a participação do setor industrial no PIB tinha subido para 32,2% e a do setor agropecuário havia recuado para 17,8%. Esses números mostravam que o Brasil passou por um forte processo de industrialização, durante os cinco anos de governo JK.



O modelo que deu sustentação ao crescimento do setor industrial foi aquele proposto pelos membros da Escola Cepalina, qual seja:

- ▶ industrialização via substituição de importações, com financiamento externo e forte presença do setor público.

No Brasil, o órgão que melhor incorporou o pensamento da Escola Cepalina foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em julho de 1955. A proposta nacional-desenvolvimentista, defendida pelo ISEB, foi amplamente utilizada nos discursos de JK. Uma das propostas do ISEB, incorporada pelo governo, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em dezembro de 1959.

O PLANO DE METAS

Como vimos acima, o lema do governo JK era “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”. Para pôr em prática este lema, o governo implantou o Plano de Metas, que consistia num conjunto de 30 objetivos, abrangendo os setores de energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. A construção de Brasília tornou-se um objetivo à parte, por decisão pessoal do presidente da República.

A maior contribuição do Plano de Metas foi na área do planejamento. Com um cronograma rigoroso e um acompanhamento sistemático, a maioria das ações propostas pelo Plano foi realizada com bastante sucesso.



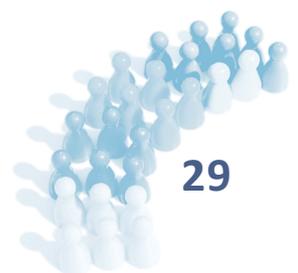
Saiba mais

Cepal

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, organização que reuniu grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano, pensamento no qual postulava que a industrialização deveria ser o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina. Fonte: <<http://tinyurl.com/m4aek3>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

Sudene

É uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Fonte: <<http://tinyurl.com/mx4kah>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

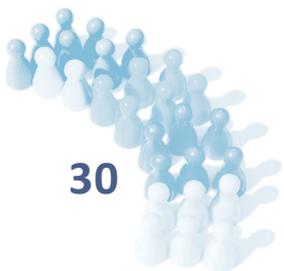


O Conselho tinha autonomia de decisão suficiente para viabilizar a execução dos projetos, que contava com grupos executivos independentes para realizar os contatos com o setor privado. O mais conhecido desses grupos foi o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

Mas, será que o Plano de metas foi só sucesso? O que você sabe a respeito deste Plano?

No que diz respeito ao planejamento executivo do Plano de Metas alcançamos o sucesso. Contudo no que se refere ao seu financiamento tivemos grandes problemas com o orçamento da União, já que o financiamento dos projetos fora previsto para ser custeado em: 50% pelo orçamento da União, 35% pela iniciativa privada e 15% por meio de agências de crédito governamentais. No entanto, a participação financeira da iniciativa privada foi pequena, deixando para o Estado a responsabilidade pela grande maioria dos recursos despendidos.

O desconcerto financeiro do setor público, durante o governo de JK, acabou sendo um dos principais responsáveis pela crise econômica que o país viveu durante os governos de Jânio e João Goulart, que culminou com o golpe militar de 1964.



O REGIME MILITAR E AS REFORMAS DE ESTADO

A instabilidade política, com a renúncia de [Jânio Quadros](#) em agosto de 1961 e a posse de [João Goulart](#), somada aos altos índices de inflação e estagnação do crescimento econômico, compuseram o caldo de cultura que alimentou o Golpe de Estado de 1964.

Este golpe, já vinha sendo tentado desde o segundo governo de Getúlio Vargas. O suicídio de Vargas, o crescimento econômico no período Juscelino Kubitschek, a eleição de Jânio Quadros, com apoio da União Democrática Nacional (UDN) (partido de centro-direita), a opção parlamentarista no início do governo João Goulart e a ampla vitória do presidencialismo no plebiscito de 63, de certa forma, acabaram adiando o golpe militar.

Durante os dois primeiros anos do período Jânio/Jango, ainda sob os efeitos do Plano de Metas de JK, o crescimento do PIB foi bastante significativo: 8,6% em 1961 e 6,6% em 1962. No entanto, em 1963, a estagnação econômica aparece,



Saiba mais

Jânio da Silva Quadros (1917-1992)

Foi vereador, deputado estadual, prefeito de São Paulo e governador. Em sua primeira disputa pela prefeitura paulista, conquistou grande popularidade ao usar uma vassoura como símbolo da limpeza que prometia fazer nos órgãos públicos. Tomou posse em janeiro de 1961, mas renunciou sete meses depois, alegando sofrer pressão de “forças terríveis”. Em 1964, teve seus direitos políticos cassados pelo Regime Militar. Fonte: <<http://tinyurl.com/lb29nn>>. Acesso em: 20 jul. 2009.



João Goulart

Foi deputado estadual, federal e licenciou-se do mandato para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas. Participou do governo de JK como vice-presidente e ocupou a presidência do Senado. Tornou-se presidente após a renúncia de Jânio Quadros. Acusado de comunista, foi deposto pelo golpe militar de 1964. Fonte: <<http://tinyurl.com/map8j5>>. Acesso em: 20 jul. 2009.



com um crescimento do PIB de apenas 0,6%, algo inédito na história do país até então.

Quanto à inflação, a situação foi ainda mais negativa. Em 1961 o índice geral de preços registrou aumento de 34,7%, em 1962 subiu para 50,1% e em 1963 chegou a 78,4%.

GOVERNO CASTELLO BRANCO



Saiba mais **Castello Branco (1897-1967)**

Foi o primeiro presidente do regime militar. Durante seu mandato foram abolidos todos os partidos políticos da época e criados a Arena



e o MDB, que se tornaram os únicos partidos políticos brasileiros até 1979. Castello Branco e seus aliados tinham como plano colocar “ordem na casa” e, depois de pouco tempo, restabelecer a democracia. Fonte: <<http://tinyurl.com/kode4u>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

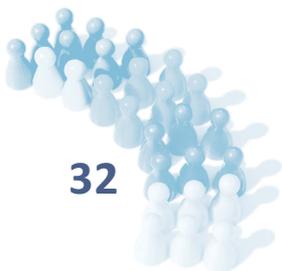
O primeiro presidente do regime militar foi o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que ficou no poder de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

A prioridade do governo Castello Branco foi o ajuste das contas públicas e o controle da inflação, que chegava a 80% ao ano. A equipe econômica do governo foi liderada pelos ministros da fazenda Octávio Gouveia de Bulhões e pelo ministro do planejamento Roberto Campos, que realizaram profundas reformas na área fiscal e financeira e criaram o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

O diagnóstico da inflação feito pelos ministros da área econômica tinha clara orientação monetarista.

Você sabe do que se trata essa teoria monetarista?

Essa é uma teoria econômica que defende ser possível manter a estabilidade de uma economia através da utilização de instrumentos monetários, como quantidade de moeda em circulação, taxa de juros, compra e venda de títulos públicos e



depósitos compulsórios. Os principais defensores do monetarismo são os economistas da Escola de Chicago, liderados por Milton Friedman. Suas idéias são associadas ao liberalismo econômico com adoção do livre mercado e menor presença possível do setor público na economia.

O excesso de déficit público e os reajustes salariais concedidos pelo governo anterior eram identificados como as principais causas do aumento dos preços. Para combater a inflação, o PAEG propôs um programa de ajuste fiscal rigoroso, com aumento das receitas e redução das despesas públicas e um controle rígido de emissão de moeda. Para conter a expansão dos salários, o plano recomendou reajustes vinculados ao aumento da produtividade.

Quanto às reformas estruturais, o governo realizou profundas mudanças nos sistemas tributário, financeiro, trabalhista e previdenciário do país. Conheça a seguir as principais medidas:

- ▶ criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS –, que substituiu o modelo de estabilidade no emprego, vigente até então. Além de flexibilizar o mercado de trabalho, o FGTS acabou se tornando uma importante fonte de recursos para o financiamento habitacional;
- ▶ unificação do sistema de Previdência, sob um regime geral, administrado pelo governo federal;
- ▶ criação do Imposto sobre Serviço – ISS – arrecadado pela esfera municipal, do Imposto sobre Circulação de Mercadoria – ICM – pela esfera estadual e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – pela esfera federal;
- ▶ permissão do pagamento dos tributos por meio da rede bancária, o que facilitou a operação para os contribuintes e ajudou bastante na fiscalização do pagamento e na ampliação da base tributária; e
- ▶ criação do Fundo de Participação de Estados e Municípios, para garantir a distribuição, aos estados

e municípios, de parte dos tributos arrecadados pela União.

Todas essas medidas contribuíram para um aumento expressivo da arrecadação tributária no país, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967.

A reforma do sistema financeiro foi baseada na legislação norte-americana, que criou o sistema de instituições especializadas, ou seja, um tipo de instituição para cada tipo de atividade financeira. Como frutos desta reforma tivemos:

- ▶ os bancos comerciais;
- ▶ os bancos de investimentos;
- ▶ o sistema financeiro da habitação;
- ▶ as sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- ▶ as corretoras e distribuidoras de valores;
- ▶ o Conselho Monetário Nacional, órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional; e
- ▶ o Banco Central do Brasil, com a função de executar a política monetária e supervisionar o sistema financeiro nacional, substituindo a antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

Para incentivar a poupança, principal fonte de recursos para os investimentos produtivos, e garantir a arrecadação fiscal, o governo criou a Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), que garantia ao poupador retornos reais (descontada a inflação) em suas aplicações financeiras e mantinha atualizados os tributos recolhidos pelo setor público.

Foi implantado também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que tinha, como principal agente, o Banco Nacional da Habitação (BNH). Além do BNH, compunham o SFH as Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo.

A principal fonte de recursos do BNH era a receita proveniente, a fundo perdido, de 1% da folha de pagamento dos funcionários com carteira assinada. O governo também incentivou a captação de recursos externos pelo setor privado.



Para incentivar e disciplinar o mercado de capitais foi sancionada, em julho de 1965, a Lei do Mercado de Capitais, que definiu as funções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central na regulação e fiscalização deste mercado.

Na área agrária foi aprovado, em novembro de 1964, o Estatuto da Terra, que tinha como base a função social da propriedade, disciplinava os direitos e obrigações relativas à propriedade rural para fins de reforma agrária e de execução da política de produção agrícola.

Durante o governo Castello Branco, o PIB cresceu a uma média anual de 4,2% e a inflação, no final do mandato, ficou em torno de 40%. Embora os resultados do PIB e da inflação tenham sido piores do que os períodos de Vargas e de JK, as reformas estruturais, realizadas pela equipe econômica do governo, permitiram ajustar as contas públicas, controlar o processo inflacionário, organizar o sistema financeiro, atrair poupança interna e externa, condições necessárias para a expansão da economia nos governos de [Costa e Silva](#) e Médici, período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro.



Saiba mais Artur da Costa e Silva (1899-1969)

Foi o segundo presidente do Regime Militar. No seu governo teve início o período mais duro da Ditadura Militar, com a promulgação do Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso Nacional, cassou políticos e institucionalizou a repressão.

Fonte: <<http://tinyurl.com/lqhh5j>>. Acesso em: 15 jul. 2009.



OS GOVERNOS COSTA E SILVA E MÉDICI

O período de grande crescimento da economia brasileira, também chamado de Milagre Econômico Brasileiro, começou no governo Arthur da Costa e Silva, que vai de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, quando, devido a problemas de saúde, deixa a presidência nas mãos de um colégio formado por três membros: General Aurélio Lyra Tavares, Almirante Augusto Hermann Rademaker e Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, comandantes



Saiba mais

Emílio Garrastazu Médici



Nasceu no Rio Grande do Sul. Estudou no Colégio Militar e seguiu carreira no Exército. Apoiou a Revolução de 30 e foi contrário à posse de João Goulart em 1961. Em 1967 sucedeu a Golbery do Couto e Silva na chefia do SNI. Em 1969, o comando do 3º Exército, no Rio Grande do Sul. Em 1969 foi presidente da República. No seu governo houve o conhecido “milagre brasileiro”. No final de seu governo já se fazia sentir a falência do “milagre econômico”, a partir de 1973, com a crise internacional do petróleo. Fonte: <<http://tinyurl.com/n2sf9s>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

Antônio Delfim Netto



Professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da USP. Participou do Grupo de Planejamento do governador de São Paulo Carvalho Pinto e do Conselho do Fundo de Expansão da Indústria de Base de São Paulo. Foi secretário de Fazenda em São Paulo, no governo Laudo Natel, Ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Médici e Ministro da Agricultura e do Planejamento no governo Figueiredo, além de embaixador do Brasil na França. Fonte: <<http://tinyurl.com/mygbsb>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

das Forças Armadas. Esta Junta Militar transfere o poder para o [General Emílio Garrastazu Médici](#) que governou de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974.

Durante estes sete anos, do início do governo Costa e Silva ao final do governo Médici, o PIB do país cresceu 96,37%, o que equivale a uma média anual de 10,12%. A inflação, medida pelo índice geral de preços – IGP –, foi de 257% ou média anual de 19,93%. Embora a inflação não possa ser considerada pequena, a maioria dos economistas a considerou satisfatória, diante do grande crescimento da economia. No mesmo período, o PIB mundial cresceu 37,35%, equivalente a 4,64% ao ano. O PIB do Brasil cresceu, portanto, à velocidade 2,18 maior do que o PIB mundial. Estes resultados justificam a alcunha de “milagre” dada pelos analistas econômicos.

Por ironia da história, o período de maior crescimento da economia brasileira ocorreu em meio ao endurecimento do regime militar em relação às liberdades políticas e de manifestação. Durante os governos Costa e Silva e Médici, foi realizada a maioria das prisões, torturas e assassinatos de opositores do regime militar. Se no campo econômico a situação era boa, no campo político o país passava por um período que deixa tristes lembranças. O crescimento econômico, embora tenha melhorado a vida das pessoas, contribuiu para o aumento da concentração de renda, que ainda hoje é um dos principais problemas do país.

No governo Costa e Silva, a equipe econômica foi liderada pelo jovem professor da USP, [Antonio Delfim Netto](#), que implantou o Plano Estratégico de

Desenvolvimento (PED). O PED dava prioridade à estabilização da inflação e ao incentivo ao crescimento do PIB. Para impulsionar as exportações foram adotadas diversas minidesvalorizações da moeda nacional.

No campo administrativo, um importante passo foi dado. Ainda no final do governo Castello Branco, mas já sob influência do grupo militar que assumiria o poder nos governos Costa e Silva e Médici, foi criada, por meio do decreto-lei nº 200/67, a administração indireta, com autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista e fundações. Essas novas instituições tinham maior autonomia em relação à administração direta, presa a amarras burocráticas típicas da administração pública. Através das estatais, foi possível contratar profissionais de destaque no setor privado e agilizar os procedimentos administrativos e financeiros, condição necessária para atender às necessidades impostas pela velocidade do crescimento econômico. Nesta época surgiram a Embraer, a Telebrás, a Embrapa e a Embratel, dentre outras estatais, e também foi executado o Plano de Integração Nacional, que levou à construção das rodovias Santarém-Cuiabá e Perimetral Norte, da Ferrovia do Aço e da ponte Rio-Niterói. O Plano de Integração Nacional fazia parte do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, o I PND, que tinha como marca registrada, além dos grandes projetos de integração nacional, a expansão das fronteiras do desenvolvimento.

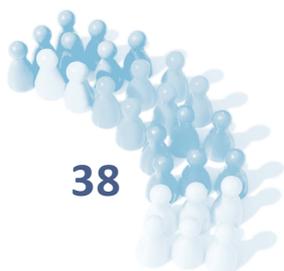
No campo social, foi criado o Plano de Integração Social (PIS) e o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), que previa benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde aos trabalhadores rurais. Também foi feita uma grande campanha de alfabetização de adultos, por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e foi promovida a ampliação das unidades federais de ensino superior.

Assim como durante o governo Juscelino Kubitschek, o modelo econômico implantado no período foi de viés desenvolvimentista, baseado na substituição de importações, com financiamento internacional, liderado pela ação do Estado. O acesso a recursos externos foi facilitado pela alta liquidez e pelas baixas

taxas de juros do mercado internacional. Durante o período, a dívida externa brasileira passou de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 14,9 bilhões, um crescimento de mais de 300%.

Mais adiante, veremos que a opção de aumento do endividamento externo, que na época era muito vantajosa, dadas as condições do mercado financeiro internacional e o retorno obtido com os investimentos realizados, tornou-se um pesadelo para a economia brasileira. O aumento dos juros internacionais e a forte dependência da importação de petróleo, que disparou de preço após as crises de 1973 e 1979, levaram o Brasil a uma situação de insolvência em relação aos seus compromissos financeiros externos.

Como já dissemos, o período do “milagre econômico” teve como base as reformas e ajustes executados durante o governo Castello Branco, além de uma política monetária e fiscal expansiva o período de 1968 a 1973, de certa forma, beneficiou-se das dificuldades da fase anterior. A percepção da ineficácia da política econômica em curso, no sentido de promover a retomada do crescimento, levou o governo Costa e Silva a afrouxar a política monetária a partir de 1967 e a lançar o PED em meados de 1968. O PED foi um plano nitidamente mais desenvolvimentista do que o PAEG, prevendo a continuidade do combate à inflação, mas acompanhado de investimentos privados. É claro, porém, que o fato de a inflação já ter sido significativamente reduzida nos anos anteriores facilitou a adoção de um plano dessa natureza em 1968, bem como a manutenção dessa linha de ação no governo Médici (HERMANN *et al.* 2005).



O GOVERNO GEISEL

Após a primeira crise do petróleo, que elevou o preço do produto de cerca de US\$ 2 para o patamar de US\$ 12, assume a Presidência da República o general Ernesto Geisel, que governou de março de 1974 a março de 1979. Representante da linha mais progressista das Forças Armadas, Geisel tratou de dar continuidade ao programa de desenvolvimento econômico dos governos anteriores, porém com aceno para o processo de distensão no campo político. Mesmo em meio a uma profunda crise econômica internacional, o novo governo não reduziu o volume de investimentos e gastos públicos. O processo, conhecido como “Crescimento Forçado”, trouxe grandes avanços para a economia brasileira, porém, com custos que levaram ao desequilíbrio das contas públicas e à disparada da dívida externa.

A primeira crise do petróleo ocorreu em 1973 em protesto pelo apoio prestado pelos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. Na ocasião os países árabes organizados na Organização dos Países Exportadores de Petróleo aumentaram o preço do produto em mais de 300%.

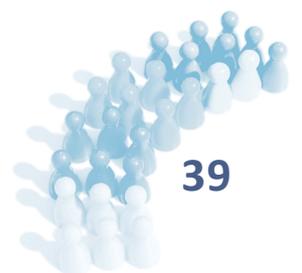
No governo Geisel, o país cresceu 38,29%, equivalente a uma média de 6,7% ao ano. A inflação acumulada nos cinco anos foi de 398%, uma média de 38% ao ano. A dívida externa bruta passou de US\$ 14,9 bilhões, no início do governo, para US\$ 52,2 bilhões no final. Um crescimento de 250%.



Saiba mais Ernesto Geisel (1907-1996)



Em 1969 assumiu a direção da Petrobrás e, cinco anos depois, a Presidência da República. Em seu governo enfrentou o fim do chamado milagre econômico. Em 1977 decretou o Pacote de Abril, que aumentou o mandato presidencial de cinco para seis anos, além de manter eleições indiretas para governador. Termina seu mandato enviando ao Congresso a emenda constitucional que acaba com o Ato Institucional Nº 5. Fonte: <<http://tinyurl.com/lscqq8>>. Acesso em: 20 jul. 2009.



Brasil sob crescimento forçado – nome dado pelo economista Antonio Barros de Castro à política econômica do governo Geisel, que ao invés de desacelerar o crescimento econômico como consequência da Crise do Petróleo, continuou mantendo um ritmo acelerado de investimentos. Isso acabou deteriorando bastante as contas públicas brasileiras.

O comando da equipe econômica foi dado ao engenheiro e professor de economia, Mario Henrique Simonsen, que assumiu o Ministério da Fazenda, e a João Paulo dos Reis Velloso, que continuou à frente do Ministério do Planejamento.

Como instrumento de planejamento, foi implantado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que deu ênfase ao investimento em indústria de base e à busca de autonomia na produção de insumos industriais.

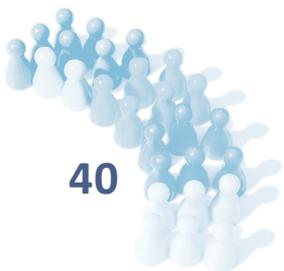
Já na área energética foram iniciados:

- ▶ a prospecção de petróleo em águas marítimas profundas;
- ▶ o Programa Nuclear;
- ▶ o Pró-álcool; e
- ▶ a construção de hidroelétricas, como Itaipu e Tucuruí.

Assim, podemos afirmar que a expansão do setor siderúrgico, do setor petroquímico e do setor de bens de capitais também fizeram parte das prioridades do II PND.

No governo Geisel, a potência instalada de energia elétrica cresceu 65%, a produção de petróleo 44%, a capacidade das refinarias 73%, a produção de aço 70%, de alumínio 78%, de produtos petroquímicos 117%, de fertilizantes 395% e de celulose 83%.

O Pró-álcool foi implementado, por meio de decreto, em 14 de novembro de 1975, com o objetivo de desenvolver uma fonte de

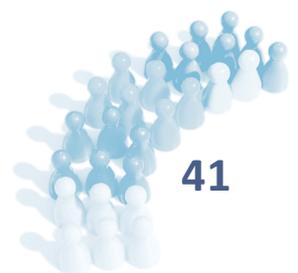


energia alternativa. O projeto contou com a colaboração de pesquisadores ligados ao setor universitário e ao governo federal. A Usina Nuclear de Angra dos Reis foi construída após a assinatura do acordo com a Alemanha, para o fornecimento de 10 reatores nucleares, em 1976. Embora tenha gerado muita polêmica, em relação ao seu custo, ao tipo de tecnologia implantada e ao verdadeiro destino dos investimentos realizados, o programa nuclear brasileiro acabou contribuindo para o complemento da matriz energética nacional. Já o temor de que a tecnologia nuclear fosse utilizada para fins militares, preocupação manifestada pelas autoridades dos Estados Unidos e de vários países latino-americanos, não procedia, uma vez que para tal objetivo era necessário ainda percorrer um longo caminho, situação praticamente impossível, dadas as condições financeiras e tecnológicas do país naquela época.

A Companhia Siderúrgica de Tubarão foi fundada em junho de 1976 e representou importante complemento para a produção da CSN. Na época, o Brasil começou a implantar um importante parque siderúrgico que, mais tarde, se transformaria em significativa fonte de exportação e de suprimento para o mercado interno. Na área petroquímica, em 1972, foi inaugurada a Refinaria do Planalto (Replan), em Paulínia, região de Campinas. A Replan, maior refinaria brasileira, tinha importância estratégica, uma vez que servia para abastecer o maior mercado consumidor do país, o estado de São Paulo. A hidroelétrica de Tucuruí teve sua construção iniciada em 1976. Embora também envolta em polêmica, principalmente em relação aos impactos ambientais, Tucuruí serviu para suprir de energia as regiões Norte e Nordeste, que tinham déficit de fornecimento energético para alimentar seus processos de crescimento. A Hidrelétrica de Itaipu, maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia, começou a ser construída em janeiro de 1975.



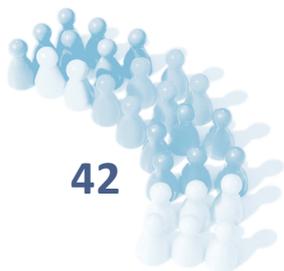
De fato, os custos de implantação do programa foram bastante elevados e a tecnologia escolhida era tida como obsoleta pela maioria dos especialistas da área.



A usina hidrelétrica de Três Gargantas, na China, é a maior em capacidade instalada, mas o regime hídrico do Rio Yangtzé não permite seu pleno aproveitamento durante o ano todo.

No período Geisel foi promovido substancial aumento do orçamento do BNDE, via incorporação dos fundos do PIS/PASEP. O enfoque dado às empresas nacionais fez com que a política de financiamento oferecida a estas empresas, pelos agentes públicos, garantisse o refinanciamento da parcela correspondente à correção monetária dos empréstimos que excedesse a 20% de juros ao ano. Também foi praticada a política de lucro zero para as agências de financiamento estatais, a fim de reduzir a taxa de juros praticada. Foi implantado também um programa de incentivo à nacionalização das indústrias de base, com incentivo fiscal, redução de juros e acesso a crédito, condicionados ao grau de nacionalização das indústrias. Como meio de promover o desenvolvimento do setor privado foi feita a reformulação da Lei das Sociedades Anônimas, em 15/12/1976, e a criação da Comissão de Valores Mobiliários, em 7/12/1976.

Conforme afirma Souza e Castro (1985), o II PND, elaborado sob a orientação de João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, foi a mais ampla e articulada experiência brasileira de planejamento após o Plano de Metas. Partindo da avaliação de que a crise e os transtornos da economia mundial eram passageiros e de que as condições de financiamento eram favoráveis, o II PND propunha uma “fuga para frente”, assumindo os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construindo uma estrutura industrial avançada que permitiria superar conjuntamente a crise e o subdesenvolvimento. Em vez de ajuste macroeconômico recessivo, conforme aconselharia a sabedoria econômica convencional, o II PND propunha uma transformação estrutural. [...] Geisel, ao promover sistemática e obsessivamente as indústrias pesadas, conseguiu que o Brasil



completasse a fase difícil da industrialização, em que as escalas de produção são enormes e a densidade tecnológica é elevada.

Os resultados das medidas governamentais de incentivo à indústria, durante o governo Geisel, aparecem claramente nos indicadores de crescimento setorial. Durante o período 74-79, o PIB industrial cresceu 45,5%, enquanto o PIB do setor agropecuário cresceu 26,46%. Esta forte expansão do setor industrial foi garantida por uma taxa anual média de investimento de 22,4% do PIB, índice bastante superior àquele praticado historicamente no país. À guisa de comparação, o investimento anual médio do período 1947 a 1973 foi de 16,14%.

O GOVERNO FIGUEIREDO

Em março de 1979 assume o governo federal João Baptista de Oliveira Figueiredo, o quinto e último presidente do regime militar (desconsiderando o rápido interregno de governo da junta militar, entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969).

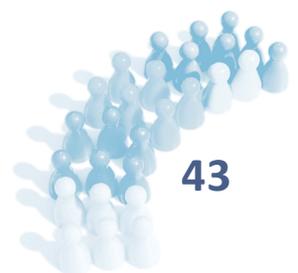
O governo Figueiredo foi marcado, por um lado, pela abertura política, e por outro, pela crise econômica. Em 28 de agosto de 1979, o Presidente da República assina a lei nº 6.683, que concede a anistia a todos que tiveram seus direitos políticos suspensos durante o regime militar. O artigo primeiro desta lei diz:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de



Saiba mais João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999)

No período do Regime Militar de 1964, foi encarregado de chefiar a seção carioca do SNI (Serviço Nacional de Informações), instrumento de repressão política da ditadura instalada no país. Em 1974 chegou a chefe nacional do SNI. Foi eleito presidente da República em 1978. Em seu governo, em 1982, realizaram-se as primeiras eleições diretas para governador de estado desde 1965. Foi sucedido na presidência por José Sarney, vice de Tancredo Neves. Fonte: < <http://tinyurl.com/mp5an4> > Acesso em: 20 jul. 2009.



1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Com a Lei de Anistia, retornam ao país os principais líderes políticos de oposição ao regime militar, e inicia-se um período de reorganização partidária e de construção dos mecanismos de transição para o Estado de Direito, que somente vem a se concretizar com a promulgação da nova Constituição, em 1988.

Ocorreu durante a crise política no Irã, quando os Aiatolás depuseram o Xá Reza Pahlevi. Após a Revolução Iraniana, começou a Guerra Irã-Iraque, na qual foram mortos mais de um milhão de soldados de ambos os países.

No campo econômico, a situação se agravou quando, em meados de 1979, explodiu a **Revolução Iraniana**, com a deposição do Xá Reza Pahlevi, aliado do Ocidente, e a assunção ao poder do Aiatolá Khomeini, inimigo declarado dos Estados Unidos. A Revolução no Irã provocou uma disparada nos preços do petróleo, que passou de US\$ 12 o barril para cerca de US\$ 40 por barril, uma vez que ocorreu uma súbita redução da produção petrolífera dos dois países, grandes produtores.

A crise deflagrada pelo segundo choque do petróleo atinge em cheio a economia brasileira. O processo de industrialização, ocorrido nas últimas décadas, gerou um forte crescimento do consumo de petróleo. Como a produção doméstica não conseguiu acompanhar a velocidade do consumo, a importação de petróleo continuou a crescer. O aumento do volume importado, somado ao aumento do preço do produto, fez com que os custos com a importação de óleo bruto subissem estratosféricamente. Conforme mostra a Tabela 1, as despesas com importação do produto subiram cerca de setenta e cinco vezes entre 1967 e 1981, e quatro vezes entre 1974 e 1981.

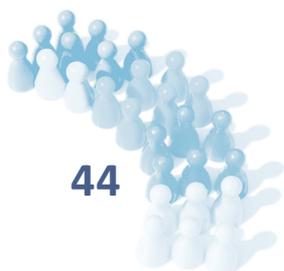


Tabela 1: Custo da importação de petróleo após as duas crises mundiais

ANO	CONSUMO (MIL M ³)	IMPORTAÇÃO (MILHÕES DE BARRIS)	PREÇO (US\$/BARRIL)	DESPESAS COM IMPORTAÇÃO (US\$ MILHÕES)
1967	20.688	77	1,80	139
1974	47.333	237	11,58	2.744
1981	60.370	306	34,28	10.490

Fonte: Economia Brasileira Contemporânea

No âmbito internacional, a escalada do preço do petróleo gerou forte impacto em toda a economia mundial. Como a maioria dos países desenvolvidos dependia da importação do produto para alimentar sua estrutura produtiva, o aumento dos preços desequilibrou a balança comercial e pressionou a inflação desses países. Para fazer frente a esses problemas, seus respectivos Bancos Centrais elevaram drasticamente as taxas de juros, encarecendo o crédito e o custo do serviço da dívida externa brasileira.

A Figura 1, a seguir, mostra o comportamento da taxa de juros do mercado londrino, referência para empréstimos internacionais, durante a ocorrência das crises do petróleo de 1973 e 1979.

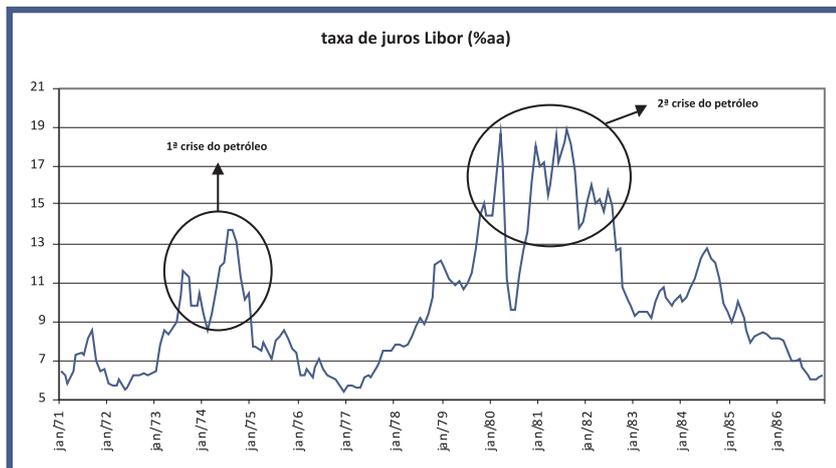


Figura 1: Taxas de juros Libor (% a.a.)

Fonte: Banco Central do Brasil

O aumento das importações e o crescimento do custo da dívida externa acabaram levando a economia brasileira a um estado de insolvência em suas contas externas, com altos déficits no Balanço de Pagamentos (registro do fluxo de recursos entre o país e o exterior), baixo volume de reserva em moeda estrangeira e aumento assustador da dívida externa, como podemos verificar nos gráficos seguintes.

Somente no período entre 1979 e 1983, o déficit em Balanço de Pagamentos chegou a mais de US\$ 10 bilhões, e as reservas em moedas estrangeiras recuaram de US\$ 12 bilhões, no final de 1978, para US\$ 4,5 bilhões, no final de 1983. Neste mesmo período a dívida externa passou de US\$ 52 bilhões para US\$ 94 bilhões, um aumento de US\$ 42 bilhões ou de 81%. Para entender melhor, observe as Figuras 2, 3 e 4.

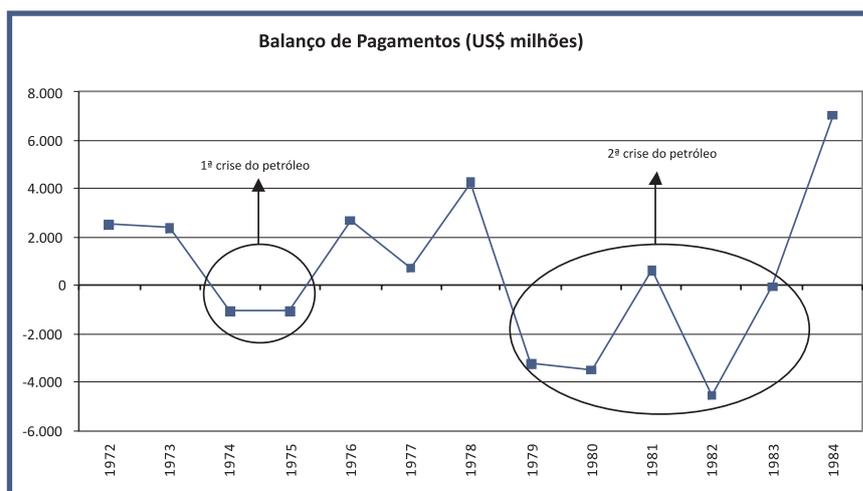
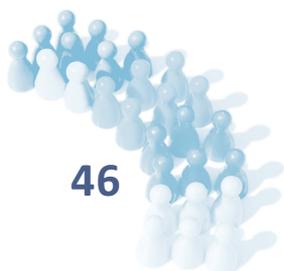


Figura 2: Balanço de pagamentos (US\$ milhões)

Fonte: Banco Central do Brasil



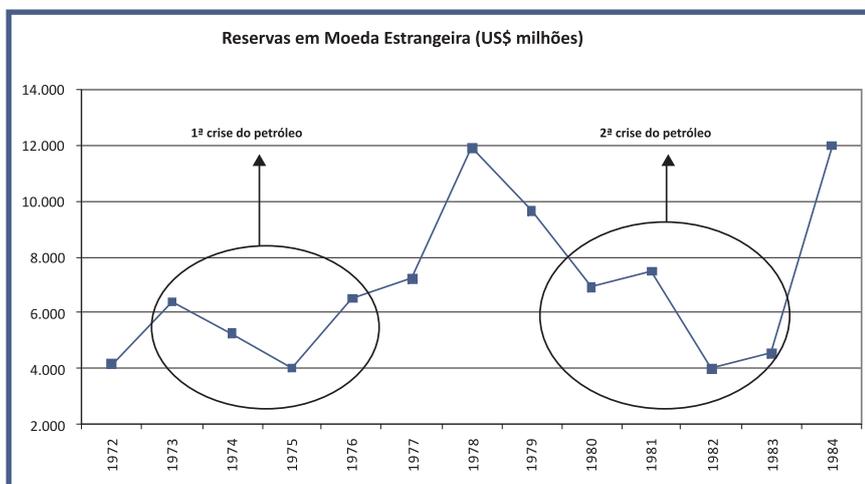


Figura 3: Reserva em Moeda Estrangeira (US\$ milhões)
Fonte: Banco Central do Brasil

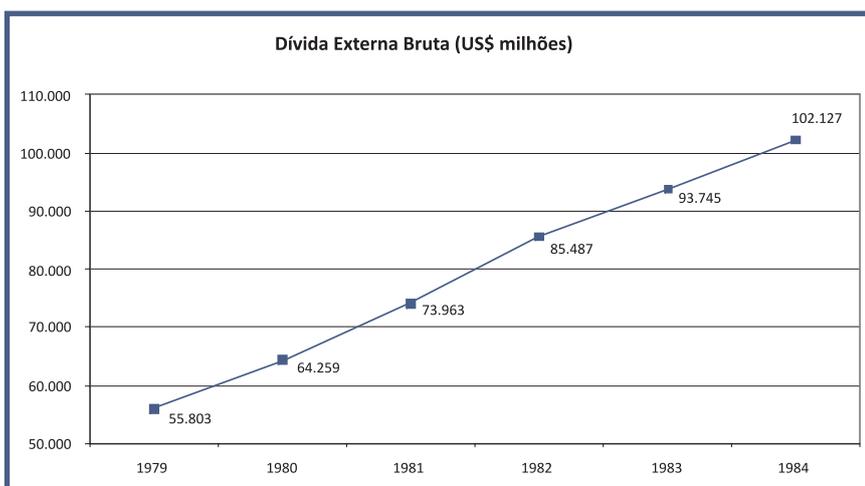


Figura 4: Dívida externa bruta (US\$ milhões)
Fonte: Banco Central do Brasil

Para enfrentar a situação, não havia outra saída senão reduzir fortemente o ritmo de crescimento da economia. Em 1979 e 1980, o crescimento do PIB ainda foi elevado, devido à inércia provocada pela elevada taxa de investimentos do governo anterior. No entanto, entre 1980 e 1983, o país passa por uma situação de recessão jamais vista até então. Já no ano de 1984, a economia recupera em parte seu ritmo de crescimento e o PIB cresceu 5,5%.

O crescimento do PIB foi, respectivamente, de 6,8% e 9,2%. Em 1981, 1982 e 1983 o resultado foi de -4,3%, 0,8% e -2,9%.

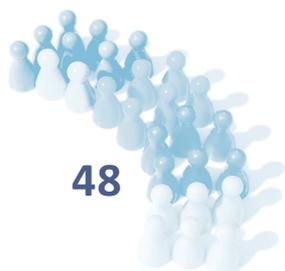
Assim, podemos identificar que média anual do crescimento do PIB durante o governo Figueiredo foi de 2,21%, a menor já ocorrida num governo durante a história da República. Quanto à inflação, os números foram igualmente decepcionantes. Em 1979, o índice geral de preços chegou a 54,4%, em 1980 subiu para 90,4%. Em 1981, 1982 e 1983 ultrapassou os três dígitos, com 100,5%, 101,0% e 131,5%, respectivamente. Já em 1984, a inflação anual alcançou 201,7%.

O baixo crescimento do PIB e os elevados índices de inflação aumentaram ainda mais o clima de insatisfação contra o regime militar. No segundo semestre de 1983, começa a ganhar corpo o maior movimento de massas da história do país, o **movimento das “Diretas”***, que tinha como ponto de referência a proposta de emenda constitucional, que tramitava no Congresso, de iniciativa do deputado de Mato Grosso, Dante de Oliveira.

Desgastado e ressentido, o presidente Figueiredo se nega a passar a faixa presidencial a seu sucessor, o vice-presidente eleito José Sarney (que substituíra o presidente eleito Tancredo Neves, que estava hospitalizado), alegando que o protocolo impedia que um presidente passasse a faixa a um vice-presidente em exercício. Independente da força da interpretação protocolar, ficou na memória do povo a imagem de um presidente que deixou o palácio do governo “pela porta dos fundos”. Este gesto de Figueiredo simbolizou a agonia do regime militar, que perdurou por 21 anos no comando político do país.

***Movimento das diretas**

– maior movimento de massas da história do Brasil. Começou no final de 1983 e culminou com a reprovação no Congresso Nacional da Emenda Constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira que introduzia o sistema de eleição direta para Presidente da República. A Constituição da época prescrevia o sistema de eleição indireta, via Colégio Eleitoral, onde somente os parlamentares e outros poucos indicados poderiam votar. Fonte: Elaborado pelo autor.

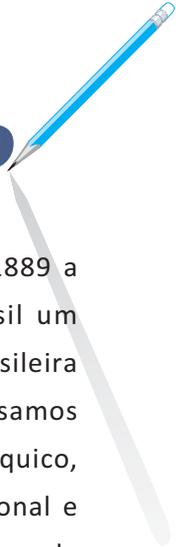


A HERANÇA DO REGIME MILITAR

Embora tenha transformado as estruturas produtiva e financeira do país, com forte investimento em infraestrutura, implantação de um parque industrial diversificado e desenvolvimento de um promissor mercado de capitais, o regime militar deixou um passivo que levou muito tempo para ser equacionado.

A elevada dívida externa, somada ao descontrole inflacionário, compôs um quadro de dificuldades que monopolizou as agendas política e econômica do país durante a segunda metade da década de 80 e a primeira metade da década de 90. Tal situação só começou a se reverter após o Plano Real, no governo Itamar Franco.

Resumindo



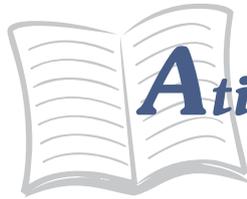
Nesta primeira Unidade você viu que, entre 1889 a 1985, período de 96 anos, foi construído no Brasil um arcabouço estatal capaz de colocar a economia brasileira entre as 10 maiores do mundo. Neste período, passamos pela República Velha, com um modelo liberal-oligárquico, com grande liberdade de organização em nível regional e fragilidade na ação do governo central. A economia baseada na exportação de café conferiu aos estados de São Paulo e Minas Gerais grande importância política, com suas lideranças se revezando no comando político do país.

Vimos ainda que após a Revolução de 1930 o comando político-administrativo do país foi transferido para o governo federal, que adotou uma política de viés centralista e modernizadora. Neste período foram elaborados a estrutura trabalhista, o sistema burocrático da administração direta e o modelo de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento da indústria de base, todos fundamentais para a modernização da economia e do Estado brasileiro.

Estudamos também que durante o governo de Juscelino Kubitschek foi implantado o modelo desenvolvimentista, baseado sobretudo nas idéias dos economistas Raul Prebisch e Celso Furtado e que neste governo o país se abriu aos investimentos estrangeiros, com destaque para a indústria automobilística instalada na região metropolitana de São Paulo.

Outro tópico estudado foi o regime militar, que durou 21 anos, onde o Brasil vivenciou a reestruturação do sistema financeiro nacional e o ajuste macroeconômico do governo Castello Branco, o “Milagre Econômico” durante os governos Costa e Silva e Médici, o chamado “Crescimento Forçado” durante o governo Geisel e a decadência econômica com estagnação e inflação, consequências das duas crises do petróleo, durante o governo Figueiredo.

Por fim verificamos que mesmo com um legado de ineficiência da administração burocrática, desequilíbrio das contas públicas, alta concentração de renda e debilidade das instituições democráticas, o Brasil avançou bastante neste quase um século de República. De um país predominantemente rural com economia monoexportadora, o país transformou-se numa economia plural e urbana.



Atividades de aprendizagem

Confira se você teve bom entendimento do que tratamos nesta Unidade realizando as atividades propostas a seguir. Caso tenha dificuldades, faça uma releitura cuidadosa dos conceitos ainda não entendidos ou, se necessário, entre em contato com seu tutor.

- 1) Descreva os modelos político e econômico predominantes no período da República Velha.
- 2) Você sabe dizer quais as principais medidas implantadas durante os dois períodos de presidência de Getúlio Vargas?
- 3) Você sabe o que significava o lema do governo JK, “50 anos em 5”? Explique as medidas que justificam este lema.
- 4) Destaque as principais ações do governo Castello Branco na área da reforma macroeconômica e de estruturação do sistema financeiro nacional.
- 5) Descreva o período denominado “Milagre Econômico Brasileiro”, mostrando quais foram as principais razões para sua ocorrência e as consequências positivas e negativas geradas pelo modelo econômico aplicado neste período.
- 6) O que você entende em relação ao termo “Crescimento Forçado”, fruto da política econômica do governo Geisel? Justifique sua resposta.
- 7) Quais as principais causas e consequências da decadência do regime militar no Brasil, situação ocorrida durante o governo Figueiredo?